

A imagem de Fernando VII na Literatura panfletária
Portuguesa (1808-1814)

António Pedro Vicente

Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 1103-1115

A imagem de Fernando VII na Literatura panfletária Portuguesa (1808-1814)

António Pedro Vicente

A história dos dois reinos que formam a Península Ibérica irá processar-se, no decurso do século XIX, numa constância de paralelismos que, com mais ou menos sobressaltos, marcarão indelevelmente as etapas da sua evolução. Este século irá iniciar-se com uma guerra que, no seu decurso, unirá esforços e robustecerá ideais perante um inimigo comum - Napoleão.

As revoluções americana e francesa tinham, no final de século XVIII, contribuído tenazmente para congregar os dois países no combate aos novos ventos que, pondo em causa as monarquias absolutas, alvitavam a soberania popular como ingrediente governativo. A "tempestade napoleónica", constituída como etape da Revolução Francesa, irá penetrar no território peninsular danificando, profundamente, os velhos pilares que sustentavam os antigos regimes. Napoleão apresentando-se, para muitos, como paladino de ideais libertadores dos homens e das nações e empenhando-se na conquista dos povos da Europa iria, contudo, sujeitá-los à sua determinação expansionista de subordinação ao Império francês.

Logo no início da Guerra Peninsular ou Guerra da Independência como a designam os espanhóis, um acontecimento, em certa medida inédito, marcará o futuro próximo - a saída dos seus países dos respectivos monarcas. Em finais de Novembro de 1807 a família real portuguesa embarcará para o Brasil. Neste caso, um subtil plano há muito pensado para suster crises deste tipo, tutelado pelo velho aliado britânico, irá evitar o aprisionamento do Príncipe Regente e a tomada da sua legítima coroa pelo invasor. Em Espanha, onde o monarca assinara, pouco antes, o Tratado de Fontainebleau com Napoleão aquiescendo e, até, coadjuvando a conquista do reino vizinho, a saída da família real adquiriu feição distinta. Napoleão reúne em Baiona Carlos IV e seu filho Fernando VII, entre outros elementos da casa real espanhola conseguindo, em hábil manobra política, a sua abdicação em favor de seu irmão - José Napoleão que será, pelo espaço de 6 anos, o rei D. José I de Espanha. A família real espanhola abandona, assim, o seu país contra a sua vontade.

Aliás, a saída forçada da suprema autoridade governativa espanhola adquire contornos bem diferenciados ao inserir-se no contexto de dissensões políticas internas. Efectivamente, também em Espanha se colocou a hipótese de afastar o Rei e os seus familiares para a América. Essa teria sido a intenção do político Manuel Godoy que, detendo as rédeas do poder, assim o pensou quando se apercebeu que a conquista do seu país avançava com determinação. A sua política sancionadora do tratado de cooperação com a França Imperial iria favorecer a revolta popular que culminaria nos acontecimentos de 2 de Maio de 1808, episódio do qual partiu a onda de rebelião que percorreria toda a Península.

São conhecidos os factos que levaram à abdicação de Carlos IV em favor do seu filho Fernando. Relembra-los, numa passagem rápida, ajudará a compreensão da insólita situação que virá a subordinar a coroa espanhola. A actuação política de Godoy levou D. Fernando, conliado com alguns políticos, a tentar as simpatias de Napoleão para o derrube do Príncipe da Paz. Essa atitude valeu-lhe a prisão quando seu pai se convenceu que ia ser destituído. Napoleão, recorrendo às cláusulas

do Tratado de Fontainebleau, pôs em acção a sua intenção de colocar no trono quem lhe oferecesse garantias de consumir os seus objectivos de domínio pleno da nação espanhola. Ao serviço dessa finalidade milhares de soldados franceses vão ocupando o território. O general Dupont e Duhesme e, mais tarde, os Marechal Moncey e Bessières, sob a direcção suprema de Murat, lugar tenente de Napoleão em Madrid, conquistam a maior parte do território. O clima de perturbação lançado pelas tropas imperiais mostraram a Godoy que as suas ambições principescas não seriam objectivadas e ao povo espanhol a certeza de que a sua política pró-francesa levará à completa sujeição do espaço espanhol. Em Aranjuez, no dia 19 de Março de 1808, etape da viagem real do rei em direcção a Sevilha para, daí, se deslocar para a América espanhola o povo invade o palácio onde, com dificuldade, se salva Godoy. Carlos IV abdica, nessa altura, no Príncipe das Astúrias. Dirigindo-se a Madrid, ao encontro de Murat, Fernando espera que Napoleão o reconheça como soberano de Espanha. Convocado para Baiona, em Abril de 1808, na presença de seus pais, é levado a renunciar ao trono abdicando, simultaneamente, Carlos IV os seus direitos em Napoleão "para que a posse da coroa espanhola pudesse revestir assim um certo aspecto de legalidade política".

É então que se seguem os acontecimentos, magistralmente retratados por Goya, levados a cabo pela população espanhola de Madrid, como resultado do estado de espírito exarcebado por estes acontecimentos e pela chacina repressiva ordenada por Murat.

Entre 2 de Maio de 1808 e 4 de Junho de 1814, data em que Fernando VII reassume o poder, um sem número de sucessos teve lugar em Espanha: danos materiais irreparáveis e centenas de milhares de mortes marcam, brutalmente, este período - são os anos da Guerra da Independência assinalada por várias fases de acção distinta, conjugadas, com a criação de um clima de instabilidade provocado, em grande parte, pela acção de um governo de dúbia legitimação. A campanha do verão de 1808, a que foi exercida por acção directa de Napoleão, a guerra de guerrilha e, finalmente, a ofensiva luso-hispano-inglesa assumem-se como sucessivas etapas até ao restabelecimento da dinastia borbónica. Todas estas fases se processam enquanto Fernando VII permanece em Valençay, na situação de prisioneiro do governo imperial. Época da crise profunda levou o povo espanhol, à semelhança do que se passara em Portugal, no tempo da união das duas coroas, ao apelo do "Desejado" que salvaria a nação destroçada.

No começo da guerra as forças francesas, divididas em cinco corpos do exército, sob o comando de Murat, somavam mais de uma centena de milhar de soldados logo acrescidas de mais cinquenta mil homens que entraram em Espanha, em Agosto de 1808. E nesta fase que se dá a vitória de Bailén, desastre militar de profundas consequências políticas que viria a favorecer os restantes povos europeus oprimidos e que determinou um movimento generalizado que viria a afectar todo o exército francês. Junot, isolado em Portugal, viu-se abrigado a concentrar as suas forças em Lisboa. É aqui que o levantamento levado a cabo em Espanha, conjugado com o desembarque das forças inglesas na costa portuguesa, levou esse general ocupante ao início de uma derrota que culminaria com a "Convenção de Sintra" e ao abandono, por alguns meses, da ocupação napoleónica em Portugal. Entretanto, em Dezembro de 1808, Napoleão chega às portas de Madrid cumprindo um dos seus objectivos políticos. É então que promete uma monarquia constitucional, decretando uma série de medidas conducentes a diminuir o peso das tradicionais estruturas absolutistas.

Entre 1809 e 1811, as forças espanholas e inglesas estão dispersas pela Península. Entretanto, Napoleão, regressado a França, tem os seus exércitos dominando o Norte (Ebro e Pirinéus). Na Galiza e em Portugal as intenções de reenviar os ingleses para o mar serão frustradas e Portugal, uma vez expulso Soult, em Maio de 1809, irá converter-se numa excelente base de operações que servirá de palco para as intenções estratégicas de Wellington: atacar as posições fronteiriças, de um e outro lado do Tejo, defendendo Lisboa de qualquer ataque para "empurrar" os franceses, pela planície castelhana, até ao Norte da Península. Em Espanha, a Junta Central de Madrid, afastada por Napoleão, transfere-se para a Andaluzia, "terra de resistência por excelência" e, em Cádiz, irão reunir-se as famosas Cortes. Esta cidade tem uma situação geográfica inconquistável por um inimigo que não domine o mar. Aí, a superioridade naval, na respectiva baía e no Mediterrâneo, pertencia aos espanhóis e ingleses. Assim, sucumbindo toda a Andaluzia ao impacto francês uma excep-

¹ Lopes de Almeida "a Guerra Peninsular" cap. XVI in *História de Portugal*, Barcelos, 1934, págs. 329 e 330.

ção aos seus êxitos militares teve lugar. Esta guerra de desgaste culminava, nos finais de 1810, pela conquista da quase totalidade do território espanhol. Massena preparava, agora, o ataque a Portugal para completar a obra de ocupação de toda a Península². A situação espanhola, sendo na aparência, asfixiante, tem na realidade, oportunidades estratégicas de iniciativa. Cádiz possui 26.000 soldados a defendê-la os quais poderão atacar núcleos costeiros andaluzes, apoiados pela sempre superior esquadra inglesa. No interior surgem numerosos focos de resistência. A zona de Ayamonte não havia sido ocupada; as forças de Murcia constituem um bloco de 12.000 homens. Isto permitirá operações conjuntas que se traduzirão em certos êxitos perante a extrema dispersão a que eram obrigados os núcleos militares franceses.

Com a derrota de Massena no Buçaco e, posteriormente, em Torres Vedras a iniciativa voltou às mãos de Wellington que combate em Sabugal e Fuentes de Onoro. Massena retira-se para Ciudad Rodrigo e é destituído do comando do exército, concluindo-se a campanha de Portugal, em Maio de 1811.

Um factor que se assumirá como preponderante nos futuros combates tem a ver com a formação e acção das guerrilhas, dando uma nova feição à guerra. Se em Portugal este tipo de combate não teve significado, será, a partir de agora, factor decisivo no prosseguimento da luta. Miguel Artola afirma-nos que "incapazes de manter-se em campo aberto perante tropas superiores em número, armamento, preparação, técnica e mobilidade, os espanhóis abandonam o sua formula clássica - a guerra regular - estabelecendo em seu lugar um modo inteiramente inédito de fazer a guerra - a guerrilha - primeira aparição histórica *da guerra revolucionária*".

Na guerra de guerrilhas não havia pausas, lutam todos e em todos os momentos. Nesta guerra todos são beligerantes, luta-se durante o dia e durante a noite, com pistolas, espingardas, paus, pedras ou navalhas. Contingentes pouco numerosos, servem-se da surpresa e da rapidez de movimentos. O guerrilheiro é oportuno e passa inadvertido, muitas vezes confundido com o lavrador. Miguel Artola exemplifica a acção destes guerrilheiros: "Um exército subtil estende-se por toda a Espanha como uma rede da qual não escapava nenhum soldado francês que se afastasse um momento da sua coluna e da sua guarnição. Sem uniforme e aparentemente sem armas, os guerrilheiros escapavam facilmente às colunas que os perseguiam e, muitas vezes, as tropas que as combatiam passavam por meio delas sem dar por isso"³.

A ofensiva luso-hipano-inglesa de 1812, que marca a última etape da guerra da Independência coincide com a repatriação de várias unidades francesas destinadas à campanha da Rússia⁴.

² No entanto, a manutenção da Andaluzia supunha que os franceses tinham que aí fixar 90.000 homens, absorvendo a maioria dos combatentes. Também, a contínua resistência espanhola fazia com que o seu domínio se centrasse só nas cidades do vale de Guadalquivir e do reino de Granada. Não lhes restavam soldados para suster, com eficácia, as operações que se produziam nos seus flancos: Portugal e Múrcia. Além do mais os oficiais napoleónicos vêm-se obrigados a manter abertas as comunicações e atacar a praça de Cádiz. Desta forma, as suas forças operativas reduzem-se tenazmente a 15.000 homens comprometendo, assim gravemente a situação das guarnições e comunicações». As dificuldades que encontrou Massena na sua expedição a Portugal, obrigou Soutel a um trabalho de apoio na Extremadura. Conquistam os franceses Olivença y Badajoz, onde fazem milhares de prisioneiros. Massena claudicará em Torres Vedras e iniciará a retirada, renunciando a conquista de Portugal. Esta situação determinaria uma mudança na situação estratégica dado que Wellington que, até aqui, vinha mantendo uma rígida postura defensiva, recupera a iniciativa e renova a guerra de movimentos. Badajoz converte-se num ponto chave de operações da zona sul. Aí se concentrarão os exércitos aliados e franceses. Ambos sairão do encontro de Albuera duramente castigados. Uma outra frente na luta dos franceses pela Península é a ocidental. Em Portugal, a resistência será um êxito das forças anglo-portuguesas, comandada por Artur Wellesley, Duque de Wellington. O fracasso das intenções de Soutel e Massena deve explicar-se pela sua redução de efectivos dado que, simultaneamente, estão a levar a cabo a conquista de Andaluzia, obrigando a fixar homens e material que teriam sido decisivos para o invasor de Portugal. As guerrilhas espanholas estão atentas à comunicação com Portugal, onde os ingleses, iniciarão uma política da terra queimada que tornará difícil o posicionamento francês. V.VAA, *La Espana de Fernando VII*, Madrid, 1982, p. 32-35.

³ Miguel Artola, *La Espana de Fernando VII*, Madrid, 1999, págs. 196 e 206.

⁴ Cerca de 30.000 homens que então abandonam o solo espanhol irão debilitar as resistências francesas sobretudo na fronteira hispano-portuguesa. Wellington aproveita a dispersão de comando e recuos franceses e ataca Ciudad Rodrigo e depois Badajoz onde a resistência irá claudicar. Os galegos atacarão Astorga e a guerra de guerrilhas submeterá os franceses. A batalha de Arapiles dá-se, em 22 de Julho de 1812. Aí os franceses perdem 12.000 homens depois do General Marmont abandonar Salamanca. É a vez de Wellington, apoiado no exército da Galiza, ocupar Valladolid e dispôr-se a marchar sobre Madrid onde é aclamado em 12 de Agosto desse ano. Sucessivos fracassos na Rússia obrigam Napoleão a aproveitar novos efectivos necessários à posse de Espanha. O Rei José abandona entretanto Madrid. Em Maio de 1813 Wellington movimenta as suas tropas, apresentando-se em frente a Salamanca, reunindo-se depois em Villalpando com os exércitos de Galiza e Astúrias. O rei José ordenava a reunião de

O estado de guerra que permaneceu na Península, por longos seis anos, deixaria marcas sensíveis. Portugal, "livre" dos franceses no seu território em meados de 1811, não deixou, até 1814, de permanecer numa situação de conflito na medida em que enormes contingentes militares se viram incorporados no exército aliado que, através da Espanha, combateram na guerra deflagrada por Napoleão. Portugal, não só viu destruídos os seus campos e parte das suas cidades sujeitas às vicissitudes de uma guerra, como atravessou anos penosos de governo ineficaz de um Conselho de Regência que não actuava ou de algumas prepotências, por parte das chefias de um exército que, tendo vindo em seu socorro, cobraria dividendos elevados. Se na parte mais ocidental da península não se sentiram os efeitos de uma guerra revolucionária prodigalizado pelas guerrilhas e o fenómeno do afrancesamento não teve significado, não parece oferecer dúvida que um certo tipo de nacionalismo surgirá em ambos os países. Em Portugal, perante a ausência do rei legítimo como em Espanha, sentimentos patrióticos viriam a afectar tanto radicais como tradicionalistas. No sector militar situações emocionais de certo paralelismo irão sobressair entre os membros de um exército o qual, tendo-se batido vitoriosamente não deixará de, em breve, impor os seus galões face ao poder civil. No decorrer dos séculos XIX português, como no espanhol, são evidentes e frequentes as tentativas de colocar as espadas ao serviço da resolução das mais diversas querelas do foro social e político. Se em Portugal, não teve significado a guerrilha, matizada em guerra social que permitiria ao guerrilheiro um certo tipo de ilegalidades e insubordinações não conforme com as tradicionais normas sociais, outro tipo de "guerrilha" no entanto, vai nascer no âmbito da guerra então vivida. Efectivamente, um surto inusitado de panfletos anti-revolução, anti-Napoleão ou anti-França irá surgir a partir de 1808 em Portugal como em Espanha, irmanando os dois países na luta comum contra o imperador Napoleão. Este surto panfletário constituirá uma arma enérgica na formação de uma consciência patriótica e no exacerbamento nacionalista.

Jean Tulard, oferece-nos, num dos seus primeiros trabalhos - *La Légende noire de l'Empereur* - a cidade de Londres como ponto de partida dos primeiros ataques a Napoleão⁵. O regime parlamentar e a liberdade de imprensa vigente favoreciam a arte da polémica e do panfleto. Ainda durante o consulado, em 1804, foram aí publicados 68 panfletos contra Bonaparte, contendo os mais diversos temas conducentes à criação dessa lenda: a crueza e furor do homem, os erros estratégicos, a corrupção que o rodeava, os malefícios do dirigismo económico e político, em contraste com o liberalismo inglês; Napoleão corrupto e ladrão ou envenenador de soldados.

Tulard opina que a superioridade dos caricaturistas e panfletários ingleses levou Napoleão a perder a primeira batalha - uma batalha ainda com maiores consequências que a de Trafalgar. Através de Portugal assevera este especialista, "a propaganda inglesa penetra no Continente. Ela favoreceu o levantamento do povo português contra o ocupante francês e inspira o economista Acúrsio das Neves que se torna, em 1811, o historiador das primeiras derrotas dos exércitos napoleónicos, perante a insurreição nacional"⁶. De Portugal, depois da evacuação de Junot, os libelos ingleses espalham-se por Espanha onde a guerra se acende contra os franceses, após as convulsões populares de 2 de Maio. A Europa estupefacta, apreende as razões do conflito através de um panfleto do estadista Cevallos, que lhe revela "os meios empregues por Napoleão para usurpar a corte de Espanha"⁷. Por toda a Espanha e em Portugal, ligado como nunca, naquele tempo aos

mais elementos de combate. Madrid se viu livre dos franceses, que daí saíram escoltados rumo a Valladolid. Todo o exército aliado persegue-o incessantemente, não permitindo que se juntem reforços. Wellington precipita o ataque acusando por todos os lados e tentando cortar-lhe a retirada. A derrota francesa tornava-se geral, depois de deixar aberto o caminho à progressão aliada. Durante a retirada os franceses perderam a equipagem militar e a riquíssima bagagem que se convertia no símbolo de uma política de saque da riqueza nacional realizada de maneira sistemática pelos ocupantes. A situação estratégica geral havia resultado na batalha de Vitoria, e como consequência imediata, a fronteira ocidental ficou descoberta. Wellington pressionava cada vez mais, e em dado momento só restavam na região de Espanha as guarnições francesas de Pamplona e San Sebastián. Napoleão que, entretanto, perdia parte do seu exército em Leipzig perante estes desastres, ordenou que José I abandonasse Espanha e mandou reorganizar todas as forças francesas num só exército, sob o comando de Soult. O objectivo passa a ser não o de estabelecer José I em Espanha, mas defender o território nacional francês. Depois da capitulação de Pamplona, caíram as últimas praças na posse dos franceses sujeitas ao avanço espanhol ou a negociação com Napoleão. Wellington avança pelo sul de França. Napoleão abdica. As invasões francesas e a posterior ocupação do território peninsular havia terminado. V.V.A.A., *Ibidem*, págs. 46 a 52.

⁵ Jean Tulard, *Uanti Napoleon, La Légende noire de l'Empereur*, Paris, 1965, pag. 41

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 41.

⁷ Pedro Cevallos, *Exposição dos factos e maquinações com que se preparou a usurpação da Coroa de Hespanha e dos meios que o*

interesses espanhóis, lia-se este autor ou o *Catecismo Civil*, fértil em edições ou, ainda, os poemas de Quintana ou Arriaga. "Os sentimentos nacionais misturam-se com a exaltação religiosa para dar de Napoleão uma imagem inesperada, a de anticristo, e traduzir em visões de apocalipse a tomada de Saragoça, após a heróica resistência de um general de 28 anos, Palafox. Outros países, Itália, Rússia, Alemanha e Áustria, onde mais directamente se faz sentir a influência francesa, vão ser objecto desta propaganda que classifica Napoleão de "assassino da liberdade" e "tirano das Nações". De um extremo ao outro da Europa desenha-se uma imagem bem diferente da França das luzes e de um Napoleão representado na estátua que coroa a coluna de Vendôme.

Esta vaga panfletária onde, pela primeira vez, se denota um novo tipo de literatura de protesto, embora de cariz anti-revolucionário, ou melhor diríamos contra a Revolução Francesa e os seus seguidores neles incluindo, fundamentalmente, a figura de Napoleão, paradoxalmente vem contribuir para uma abertura literária que virá a impôr-se, em breve, ao serviço do liberalismo. Muitos dos autores que, no clima de guerra, escreveram "em liberdade" habituando-se ao protesto são os mesmos que, anos após, utilizarão a sua pena nos libelos acusatórios das estruturas absolutistas do antigo regime. Aliás, por alguma razão, as suas diatribes e queixas serão "censuradas" logo após a libertação do jugo napoleónico e quando ideais liberalizantes se tentaram impor.

É no decorrer da usurpação napoleónica que a Espanha, antecipando-se a Portugal, leva a cabo a revolução liberal através de uma acção sistemática que teve lugar em Cádiz e no labor das suas Cortes. Curiosa a sincronia entre a Guerra da Independência e uma importante revolução política. A reforma do estado e da administração fazia-se sentir simultaneamente e no seio de graves dissidências e desfazamentos políticos. A imobilidade do tempo de Carlos IV, enquanto rei de Espanha, levava agora, estando ausente, depois de abdicar em Fernando VII, os espanhóis a tentar a conquista do poder político para impor novos critérios na organização da sociedade. Fernando VII também ausente e o mais destacado dos "afrancesados" ao ter abdicado em José Bonaparte, o surgimento e a acção das Juntas em todo o território espanhol e assumindo ingredientes de soberania, constituirão factores da "revolução" que veio a ter lugar no cenário de Cádiz. As Juntas serão, assim, perante a paralisação das velhas instituições, pequenos núcleos onde o povo legitimará as autoridades por si criadas ou pelos seus representantes.

Em Portugal, com menor extensão e num mais curto espaço temporal tendo os exércitos napoleónicos abandonado definitivamente o país em 1811, também as Juntas, seguindo o exemplo do país vizinho, iriam a assumir um certo tipo de soberania, no clima de quebra de estruturas então vivido. Estas virão a influenciar a nova ordenação política, social e administrativa que se imporá a partir de 1820.

Entretanto, Fernando VII regressa a Espanha em 24 de Março de 1814 entre o entusiasmo e as aclamações das multidões, depois de, em Dezembro de 1813, pelo Tratado de Valençay, Napoleão lhe haver devolvido o trono de Espanha. A sua primeira atitude é não acatar o itinerário que as Cortes lhe haviam determinado para alcançar Madrid, afirmando, assim, a sua soberania. Logo em 4 de Maio assina o decreto em que se declara contra a Constituição derogando todo o labor legislativo elaborado em Cádiz. Nesse mesmo decreto alude-se a revitalização das Cortes medievais e à intenção de não governar despoticamente. Assim, se desvaneceu todo o labor provocado pela crise de 1808 - motim de Aranjuez e abdicação de Carlos IV, captura da família real em Bayona, revoltas populares do 2 de Maio e acção das Junta Suprema Central e das Juntas Provinciais. Carlos Seco Serrano compara, de forma sugestiva, a situação criada em Espanha pelos acontecimentos de 1808 - condição para a revolução política que culminará em Cádiz - com os episódios vividos em França vinte anos atrás⁸. Então como agora, intuitivamente, o povo modelara "na sua unidade de luta, com o seu entusiasmo abnegado, uma concepção nacional à moderna, embora mobilizado pela defesa dos dogmas tradicionais do antigo regime - o trono e o altar"⁹. Em Espanha, no entanto, ao contrário do que se passara em França, existe um factor mobilizador da reacção - o confronto com a "águia imperial", que eliminando a tradicional soberania, terá contribuído para tornar "dese-

Imperador dos franceses tem posto em prática para realizá-lla, Lisboa, Imprensa Régia, 1808.

⁸ Carlos Seco Serrano "Introducción" in Miguel Artola, *La Espana de Fernando VII*, ob.cit.pág. 15.

⁹ *Idem, Ibidem*, p. 17.

jado" um soberano absoluto que, com aparente e relativa facilidade derroga, por simples decreto, todo o trabalho erigido em Cádiz, em prol duma constituição liberal.

A actividade das Juntas Provinciais, ocorrida em Espanha a partir de 1808, tem entre outras, como consequência, a aparição das Juntas Americanas. Se em Espanha a anulação do trono e, indirectamente, do Antigo Regime virá pôr em acção um movimento de cariz revolucionário com as consequências conhecidas, na América foi a "presumível anulação da metrópole", provocada pela ocupação francesa, que determinou "o aparecimento de novas entidades políticas surgidas dos velhos vice-reinados. No Brasil factores diferenciados mas também relacionados com as invasões napoleónicas viriam a contribuir para a independência.

Figura extremamente polémica rejeitada por liberais e radicais realistas, Fernando VII "converteu-se num autêntico símbolo de perfídia e de baixexa". Carlos Seco Serrano atribui a Escoiquiz a influência mais eficaz para moldar a personalidade deste monarca por lhe parecer indubitável que o citado canónico "colocou no coração do adolescente a semente das mais atrozes suspeitas contra a sua própria mãe (Maria Luiza) e que esse agitado receio de menino teria que pesar no adulto até o converter no homem desconfiado, egoísta e enganoso que foi sempre Fernando VII"¹⁰. Aliás, logo nos acontecimentos de 1807, surge um equívoco, que prevalecerá no decorrer da Guerra da Independência. Efectivamente, a conspiração do Príncipe das Astúrias contra Carlos IV e Maria Luisa converte-se na imaginação popular em "conspiração" dos pais, iludidos pelo "traidor" Godoy contra o filho mártir.

No decurso dos 6 anos de ausência da família real espanhola dezenas de publicações, referentes a Fernando VII e sobre os seus direitos ao trono, saíram a público, em Portugal. Peças justificativas, da mais variada índole, circulam com referência aos seus direitos de soberania e à situação da Espanha em geral. Manifestos das "dores" sofridos pelo povo espanhol, cartas exortatórias, reflexões políticas, representações reivindicativas, elogios ao povo combatente, exaltações de Fernando VII contrastam com relatos de Napoleão e da sua política e exposições dos estratagemas utilizados pelos franceses para usurpar o trono de Espanha. Napoleão, os seus generais e a Revolução Francesa, que ele ainda simboliza, são temas usuais desses panfletos onde à dignidade, sentido cívico e nacionalismo da nação submetida se opõem aos maiores defeitos do género humano que se incorporam no povo francês e no seu dirigente. Entretanto, Fernando VII, símbolo de todas as virtudes é, neste tipo de literatura, mencionado como única entidade capaz de resolver a situação e curar os males que assolam o país.

Entre 1808 e 1812 são publicados vários escritos de Pedro Cevallos, o antigo ministro que actuara no curto reinado de Fernando VII e que, agora, liderava os manifestos que corriam a Espanha e que, em Portugal, se traduziam numa demonstração clara dos interesses comuns. Não é por acaso, aliás, que a quase totalidade desses escritos são traduzidos e editados pela Imprensa Régia de Lisboa.

A Exposição dos factos e maquinações com que se preparou a usurpação da Coroa de Hespanha e dos meios que o Imperador dosfrancezes tem posto em prática para realizalla, da autoria do antigo secretário de Estado e do Despacho de Fernando VII, veio a luz em 1808. A tradução portuguesa é publicada para "desengano da Nação e conhecimento da detestável Protecção Francesa". Aí são historiadados os acontecimentos do Escorial e Aranjuez que haviam levado à abdicação de Carlos IV, os episódios sucedidos em Bayona, culminando no aprisionamento de Fernando VII, em Valençay.

Pedro Cevallos explica, neste folheto, as circunstâncias em que Napoleão se apodera da soberania espanhola, afirmando ficar "provado que a renuncia do Senhor D. Carlos IV, em favor de seu filho, o Príncipe de Astúrias, não se enfraquece de vício algum. No ligeiro quadro que temos delineado das artes pérfidas e enganosas, com que o Imperador tem chegado até onde havemos visto, fica traçada para eterna memória a série dos insultos atrozes, que se hão feito à Hespanha, e a seu desgraçado Rei D. Fernando VII"¹¹.

¹⁰ Idem, *Ibidem*, págs. 24 e 25.

¹¹ Constrange o Imperador ao Senhor D. Carlos IV, para que fugindo para a América com toda a Família Real, lhe abandonasse a Península: incendeia a discórdia entre os Reis Pais e Filhos, para debilitar a Espanha, dividindo-a em partidos, depois de haver desacreditado a seus Reis, arranca a Fernando VII, de sua corte com palavras fermentidas e enganosas, o faz cativo em Bayona, e quando há visto que a virtude do Jovem Rei sabe resistir a seus manejos, que Fernando não se presta à renuncia que se lhe exige, faz conduzir a Bayona aos Reis Pais com todas as restantes pessoas da Real família, como para apresentá-los a todos sem liberdade ante o Tribunal Imperial, que era Juiz, e Parte; trabalha em desnaturalizar aos Pais, e os obriga a ser o instrumento da opressão do

Neste opúsculo, que circulou com inúmeras edições em Portugal, são ainda inseridos documentos justificativos de toda a trama em que a Península Ibérica se viu então envolvida: O "Tratado Secreto" de Fontainebleau assinado a 27 de Outubro de 1807, firmado por Carlos IV e Napoleão, em que se estipula a repartição das províncias portuguesas e respectiva regulamentação inscrita na "Convenção Secreta", assinada na mesma data, a carta de Napoleão para Fernando VII firmada em Bayona, em 16 de Abril de 1808 e a correspondência trocada entre Carlos IV e seu filho Fernando VII, entre Abril e Maio de 1808, incluindo aquela em que se dita a renúncia deste em favor de seu pai¹².

Pedro Cevallos anexa, ainda, no seu opúsculo, a tese da renúncia ao cargo de Ministro das Relações Exteriores do rei José Bonaparte. Nela afirma que só aceitara essa nomeação para poder sair de Bayona e que, agora, atraíria "os seus princípios se continuasse exercendo um ministério aceite em consequência das referidas circunstâncias"¹³. Finalmente, entre os documentos componentes da exposição dos "Factos e Maquinações", estão expostas as diligências, então levadas a efeito, contra a vontade de Fernando VII, para a libertação de Manuel Godoy e sua posterior entrega aos franceses.

Mais tarde Pedro Cevallos escreve um longo texto que virá a ser impresso em Cádiz, em 1811 e traduzido em Portugal, em Março de 1812, intitulado *Política particular de Bonaparte quanto à religião católica ou meios de que ele se vale para a extinguir e subjugar os hespanhois pela sedução já que os não pode dominar pela força*. Reforça o título acrescentando ao seu nome o facto de ter presenciado e manifestado "a toda a Europa atrocidades cometidas em Bayona no ano de 1808". Pedro Cevallos, neste texto, atribui a Napoleão inúmeros defeitos que contrariam as virtudes da religião cristã que "propõe mystérios profundos à nossa crença e sublimes virtudes à nossa observância" afirmando que: "Quando os homens se deixão dominar pelo orgulho e pela sensualidade, não conhecem outra felicidade mais que o gozo dos prazeres, e tem por isso o maior interesse em destruir huma Religião que os perturba, e que os envenena. Esforção-se nesta desgraçada situação com todas as suas luzes, e com todos os seus talentos, para a fazer passar por falsa; e não he de admirar então que logrem por fim persuadir-se a si mesmos desta supposta falsidade(...)". Tece, ainda, considerações sobre hábitos e costumes que considera degradantes e que são impostos por Napoleão nos territórios que vai ocupando¹⁴.

Este texto, que como os anteriormente mencionados do mesmo autor teve enorme difusão em Portugal, invoca a cólera dos espanhóis quando viram o seu rei Fernando "dolosa e vilmente preso por Bonaparte", as leis fundamentais violadas pelo que se dizia amigo de Espanha, "as proprieda-

Filho; arranca deste a renúncia mais ilegal e violenta, que jamais se viu entre os homens; e por uma série de renúncias amontoadas com a mesma ilegalidade, chega a considerar-se dono da Coroa de Espanha, que transfere a seu irmão, sem reparar no escândalo e sobressalto, que produziria nos Gabinetes da Europa a usurpação de uma Monarquia amiga e aliada. Quem haverá pois que não conheça com evidência, que a renúncia executada por Fernando VII, a favor de seu Augusto Pai, e a que sucessivamente se formalizou a favor do Imperador, são de absoluta nulidade? Pedro Cevallos acrescenta que Fernando VII "só desejava libertar a Espanha do gravame das tropas francesas" e que quando se compenetrou de que estava impedido de voltar a Espanha pediu que se "erigisse uma regência" e que se celebrassem Cortes para determinar o que fica indicado em seu lugar". Pedro Cevallos, *Exposição dos Factos e Maquinações...*, págs. 38 a 42.

¹² Venerado Pai e Senhor: Em o primeiro do corrente puz nas Reaes Mãos de V.M. a renúncia de minha coroa em seu favor. Julguei ser da minha obrigação modificalla com as limitações convenientes ao decoro de V.M., á tranquillidade de meus Reinos, e á conservação de minha honra e reputação. Não sem grande surpresa tenho visto a indignação, que tem produzido no Real animo de V.M. humas modificações dictadas pela prudência, e reclamadas pelo amor, de que sou devedor a meus Vassallos. Sem mais motivo que este, ha crido V.M., que podia ultrajar-me na presença de minha venerada Mãe e do Imperador com os títulos mais humilhantes; e não contente com isto, exige de mim que formalize a renúncia sem limites, nem condições, sobpena de que Eu, e quantos compõem minha comitiva, seremos tratados como réos de conspiração. Em tal estado de cousas faço a renúncia, que v.M. me ordena, para que volte o Governo de Hespanha ao estado, em que se achava em 19 de Março, em que V.M. fez a abdicção espontânea de sua Coroa em meu favor. Deos Guarde a importante vida de V.M. os muitos annos que lhe deseja, prostrado aos Reaes Pés de V.M., seu mais amante e rendido filho = Pedro Cevallos. Bayona 6 de Maio de 1808. Idem, *Ibidem*, pág. 70. "*Ibidem*, pág. 73.

¹⁴ "As mulheres relaxadas, além de terem carta de seguro no exercício da sua prostituição, estão de mais a mais empregadas pelo Governo para as investigações da Polícia. Os jogos de azar, que em todas as partes hão experimentado o castigo, e a indignação dos governos, estão porém authorisados por Napoleão, e formão hum ramo da renda pública. A incorruptibilidade dos Ministros de Justiça, que sempre fora hum objecto de veneração, e o azilo da segurança dos Cidadãos, aos olhos de Bonaparte he huma prova da estupidez do que se sujeita a todas as privações, a troco de não manchar aquella virtude. O luxo, que arruina as familias, he para Bonaparte o obséquio mais agradável; ainda que conhece que em vão se buscarão costumes e virtudes, em huma nação por elle infestada; e que a equidade, a beneficência, e a compaixão não se aninhão nos corações, que jamais tem bastantes riquezas para si mesmos". Pedro Cevallos, *Política particular de Bonaparte...*, pág. 13.

des servindo de alimento à segacidade dos seus exércitos ... as mulheres e filhas forçadas à lascívia de uma desenfreada soldadesca... os sacerdotes do Altíssimo perseguidos... as casas de oração convertidas em escolas de libertinagem, os templos profanados, aqueles templos em que se entoavam antes em doces cânticos de louvores do Senhor, já não ressoavam senão com rinchos dos cavalos e com os gritos da impureza"¹⁵. Mas para Cevallos a religião assim ameaçada de extinção, deformada nas suas finalidades e deturpada por Napoleão, e o país ocupado a padecer as inclemências da dominação nepoleónica será libertada por "um rei que voltando ao seu Reino encontrará monumentos de amor, de fidelidade e de valor maior que oferecem as histórias e que excita a admiração daquelas mesmas Nações que tem tido a vergonhosa debilidade de oferecer o seu colo ao jugo infame de Napoleão"¹⁶ Cevallos mostra-se certo no retorno do "Desejado" e ciente das elevadas qualidades que lhe conheceu enquanto o serviu e que só os "fatais sucessos" impediram de prosseguir. Descreve os projectos que Fernando VII tinha em mente para melhorar a educação, os ultrajes que sofreu pelas intrigas produzidas e o amor produto do reconhecimento e gratidão que tinha pelo povo que o apoiou são garantia dos seus "veementes desejos de preencher as suas obrigações"¹⁷.

O "*Manifesto dos intensos affectos de Dor, Amor e Ternura do Augusto combatido Coração do Nosso Invicto Monarca Fernando VII, para servir de continuação à Exposição de D. Pedro Cevallos seguido de outros escriptos relativos ao mesmo Assumpto*" também foi traduzido do espanhol e publicado pela Imprensa Régia, em 1808. Neste opúsculo afirma-se que os "intensos affectos" foram "exalados por triste desafogo no seio do seio do seu estimado Mestre e Confessor o Senhor Escoiquiz o qual por particular recomendação de S.M., os enuncia à Nação e a sua Capital no seguinte discurso, o qual por um dos muitos protentos, que a Providência obra em S.M. e em nós, os pode transmitir de sua reclusão de Valencey". Não sabemos até que ponto este escrito de Juan Escoiquiz, o antigo conselheiro de Estado de Fernando VII, envolvido no polémico caso do Escorial e depois por ele redimido e louvado durante o seu curto reinado, traduz ou não as palavras de Fernando VII Julgamos antes que se insere no âmbito da extensa literatura imaginária que então invadiu a Península Ibérica num preito de louvor às qualidades que o soberano não possuía.

A expansão extraordinária deste tipo de escritos, acompanhando o desenrolar da luta armada, irá alimentar a opinião pública para a mitificação do soberano "desejado" para curar os males da Nação. Carlos IV é totalmente esquecido e se o seu nome aparece nestas publicações é exclusivamente aludindo ao Tratado de abdicação e cessão firmado com Napoleão. Neste documento em que Escoiquiz estabelece "reflexões" sobre este tratado e sobre o acto de cessão do Príncipe das Astúrias confessa as suas culpas na ida a Bayona: "(...) confesso que o generoso peito do inocente Fernando se viu neste lance fortemente atacado do receio de se apresentar em um Reino estranho sem a menor guarda das suas tropas: porém eu me opus a este prudente receio. Eu deveria deixar aqui um claro, para não confessar eu mesmo o meu fatal erro em aprovar que S.M. fosse a Bayona. Fiei-me em demasia no meu próprio raciocínio"¹⁸. Também neste texto afirma os sentimentos de D. Fernando: "(...) atrevo-me assegurar-lo com a minha própria vida, serão eternamente os mesmos que teve sempre de se sacrificar pelo bem e pela felicidade dos seus Vassallos"¹⁹.

Juan Escoiquiz, principal obreiro do chamado "processo do Escorial" e activo nos primeiros anos do cativeiro de Fernando VII, em Valençay, viu publicado um escrito que lhe deve ser atribuído, em 1810, tanto em Espanha como em Portugal: "Representação do Príncipe das Astúrias D. Fernando a seu pai D. Carlos IV". Extenso e incisivo no ataque a Manuel Godoy, não datado mas concerteza elaborado nos finais do ano de 1807, constitui o mais vivo libelo ao poderoso dirigente

⁵ *Ibidem*, pág. 21.

⁶ Bonaparte se veste com a capa de amigo, de aliado, e conciliador, para atrair Fernando à rede que lhe armara; El-Rei por um princípio de bem, e conduzido pelo conselho, que lhe deu o zelo, e a boa fé, de quem não conhecia a Napoleão, senão com a escassa luz do manejo dos negócios diplomáticos, caiu com efeito no laço que lhe armou o seu pérfido aliado. A desgraça porém não tem podido triunfar de Fernando; e S. M. conserva na prisão toda a sua dignidade e decoro. Estudioso e morigerado e sempre bem entertido, não pode deixar de se aperfeiçoar na ciência dos Reis, a quem são muito proveitosos os avisos de adversidade", *ibidem*, pág. 40.

⁷ *Ibidem*, pág. 39 e 40.

⁸ *Manifesto dos Intensos Affectos de Dor*, pág. 9.

⁹ *Ibidem*, pág. 13.

político. As insinuações gravíssimas à intimidade de Godoy na corte e outros crimes de que é acusado, levam Fernando VII, pela pessoa de Juan Escoiquiz, a declarar a grande fortuna que "seria não precisasse [Carlos IV] de exames de testemunhas, para se persuadir de que é indispensável tirar a Godoy o poder que se lhe tem dado, diminuir-lhe as rendas e riquezas e afastá-lo para lugar donde não possa ser danoso pois assim evitaria V.M. muitos incómodos, cuidados e cautelas"²⁰.

Também editada pela Imprensa Régia, ainda em 1808, é uma *Carta Exortatória* de Fernando VII publicada em Tui, no mesmo ano²¹. Trata-se de uma justificação das suas atitudes, dirigida ao povo espanhol. Aí afirma o soberano que agora "padece enganado debaixo do jugo cauteloso e ímpio de um tirano usurpador, sagaz e cobarde" (...). Dei-lhe crédito e pensando na melhoria e Paz do meu Reino, acedi à sua estudada súplica (...). A minha pouca idade, falta de experiência e as circunstâncias críticas do tempo dissimulam e absolvem o meu involuntário e imprevisito erro". No patético documento que, estamos certos, é forjado vai ao ponto de afirmar que será morto em breve: "Poucos serão os dias do vosso amante Rei; porque resolutu a manter o decoro e valor devido a minha real palavra de não abandonar o meu Reino e leais vassallos, não poderá o tirano deixar de sacrificar a minha vida"²². Termina com um apelo às armas: "às armas, ás armas hespanhois heróicos (...)". Esta carta é datada de 4 de Junho. Há motivos para duvidar da autenticidade desta e d'outras missivas se se atender à correspondência que, então e em datas posteriores, Fernando VII estabelece com Napoleão, a qual vem reflectida na imprensa francesa. Aí se podem constatar as expressões de amizade e felicitações então dirigidas, chegando ao ponto de lhe declarar: "o meu grande desejo é ser filho adoptivo de S.M. o Imperador"²³. Também custa a crer que, na imaginação dos seus súbditos, Fernando VII, mais uma vez, se transfigure ocultando a sua conduta e fazendo-se passar por mártir atraído por Napoleão. A crença dos espanhóis no "Desejado" foi, assim, rebustecida com a ajuda dos instrumentos de propaganda constituídos por estes escritos que pouco ou nada tinham a ver com a realidade.

Outro opúsculo que teve grande difusão em Portugal, exaltando o povo de Espanha, também saiu à luz logo em 1808. Agora é-nos oferecida a imagem duma população "sem armas e sem experiência militar" que demonstra mais poder do que "os exércitos do grande guerreiro" e que com toda a sua Majestade "marcha sobre ao alcantilado Pirineo e dali a pé firme com largo e poderoso braço resgata o herói Rei cuja ausência lamenta"²⁴.

Na mesma linha de ideias teve grande repercussão no nosso país um escrito, igualmente traduzido do espanhol, exaltando as façanhas dos madrilenos no combate aos franceses. Diversos exemplos, ficcionados ou verdadeiros, são apresentados de heróis que, isoladamente, atacam as tropas francesas e se vangloriam de matar vários soldados. Homens e mulheres são dados como exemplo da façanha. Os habitantes de Madrid são convidados ao combate e a invadir o reino fronteiro. O título sugestivo deste folheto: *Falia que fazem os sacerdotes, religiosas, ancians, matronas e meninos de Madrid à mocidade* convida os "amados filhos de Madrid, doces produtos do centro espanhol vassallos do nosso mais digno monarca a "Águia quimérica". Neste panfleto igualmente aparece Fernando VII "arreatado do seu centro por meio de fraude"²⁵.

*O Retraio Político do Imperador dos Franceses, sua conduta e a do seus generais em Espanha e a lealdade e valor dos hespanhois para com o seu soberano Fernando VII*²⁶, é uma diatribe violentíssima contra a França, o seu sistema político e Napoleão. A França "envolta no sangue no pranto e na ruína desde a sua funesta e espantosa revolução pelos vícios e terrorismo dos chefes que a gover-

²⁰ Representação escrita por D. João Escoiquiz mestre de Fernando VII quando era Príncipe das Astúrias; a qual sendo achada entre os Papeis do mesmo Príncipe, serviu de fundamento para a causa do Escurial, Lisboa, Imprensa Régia, 1810, pág. 21.

²¹ Carta Exortatória de Fernando VII a todos os seus vassallos, publicada em Tui. Tambor Batente e Música Tocando, Lisboa, Imprensa Régia, 1808.

²² *Ibidem*, pág. 5.

²³ Miguel Artola, *ibidem*, págs. 104-105.

²⁴ Elogio da Plebe da Nação Hespanhola, Lisboa, Imprensa Régia, 1808, pág. 7.

²⁵ Falia que fazem os sacerdotes, religiosas, ancians, matronas e meninos de Madrid à mocidade que se tem alistado no presente ano de 1808 para servir no exército em defesa da Religião, da Pátria e do Rei D. Fernando VII Na qual se relata em resumo do combate de Madrid com as tropas francesas no dia 2 de Maio do mesmo ano, em alguns sucessos particulares que se tem averiguado de pessoas fidedignas, que os virão executar, traduzido do Hespanhol, Lisboa, Imprensa Regia, 1808, pág. 5.

²⁶ De autoria de Belchior Andario, Lisboa, Oficina de João Rodrigues Neves, 1809.

navam tinha perdido todo o seu antigo poder", o seu exército "dissoluto e desenfreado cuja irreligião e crueldade tem a ousadia de desafiar a todo o Universo", os Bourbonns considerados "inertes fátuos e ignorantes e conseqüentemente indignos de reinar" (...) "Bonaparte destinado para ser o instrumento de punição e o açoute fatal do género Humano" (...) Ah! Monstro, o teu aspecto não te causa horror! Corso indigno e cruel, homem vil e covarde! (...) tinhas-te constituído nosso libertador, roubando-no o nosso legítimo libertador a quem toda a Nação idolatra (...) Termina o texto com um hino de esperança: "Amados compatriotas, alegremo-nos uma e mil vezes. Porém suposto que a nossa satisfação não pode ser completa até que tomando sobre os nossos ombros o nosso amado Fernando VII, nosso Pai, Rei e Senhor tenhamos a glória de o assentar no trono e cingir-lhe o Diadema, não omitamos meio algum para conseguir tal empenho²⁷.

Na Imprensa Régia, ainda no ano de 1808, sai a público um opúsculo que se impõe, pela sua difusão, entre as dezenas a que tivemos acesso. Intitula-se *Doutrina contra Doutrina Hespagnol Christão e Libertino Francez*²⁸. Com este título ou o de *Cathecismo Civil* um diálogo simples mas extremamente incisivo estabelece o paralelo em o bom e o mau, o opressor e o oprimido, o espanhol e o francês. Em seis curtos capítulos, os dois intervenientes no diálogo definem o espanhol como "homem de bem" e o Imperador francês como "inimigo da felicidade, princípio de todos os males e fim de todos os bens". Godoy e Murat são abrangidos entre os maus. Os franceses são os "herejes novos" que não é pecado matar por estarem "debaixo das bandeiras de Napoleão". As doutrinas de Maquiavel opõem-se às "máximas de Jesus Cristo e o Evangelho". A Espanha deve buscar a sua felicidade e segurança através de um "plano" autorizado por Fernando VII, que Deus queira restituir ao seio do nosso amor por séculos eternos".

Os panfletos que correram de mão em mão, em Portugal, no período de 1808 a 1814, dos quais seleccionamos alguns, são altamente elogiosos para a imagem de Fernando VII. Em todos se salientam as excelentes qualidades do soberano "Desejado" que irá salvar a Pátria. Como se afirmou Carlos IV praticamente não é aí mencionado. Os conflitos do Escorial e de Aranjuez e, mais tarde, os confrontos da família Real espanhola com Napoleão, em Baiona, são apresentados, esmiuçados e aí termina qualquer alusão ao monarca espanhol. Só o Príncipe das Astúrias passa a existir neste novo tipo de literatura.

É bem verdade que Fernando VII marcou profundamente a sua época, ao ligar-se a acontecimentos que, para sempre, afastam da governação espanhola o influente Manuel Godoy. É, igualmente, dado adquirido que o governo de Espanha estava na mão do Príncipe da Paz. O seu derrube deve, pois, associar-se à queda de Carlos IV e da criticada Maria Luisa e, concomitantemente, ao apagamento político de ambos. Pedro Cevallos e Juan de Escoiquiz, os principais obreiros da criação do mito Fernando VII, tiveram a partir daí, um caminho aberto e a sua tarefa facilitada. Citámos um excelente biógrafo de Fernando VII - Miguel Artola que, na esteira de outros que com autoridade estudaram a sua complexa personalidade, dele traça um retrato extremamente negativo, nomeadamente, pelas atitudes de extrema subserviência que tomou para com Napoleão. É, pois, normal que se questione como se construiu esse mito do salvador de Espanha assentando numa figura tão polémica, e quase sempre tão maltratada no contexto da historiografia do país vizinho. É certo que em situação de carência, em clima de guerra, perante o vazio do poder tudo concorre para a formação de mitos que se objectivam em personagens ou instituições que alimentam esperanças num "desejado" que tudo irá mudar. Estabelecido um clima de guerra, transferido o poder político para a posse de estranhos, após o afastamento da dinastia Borbónica, as Juntas assumem um poder que se dispersa ao sabor da força das armas. O fenómeno de "afrancesamento" e um nacionalismo exarcebado pela perda da independência e pela nostalgia dum passado recente de imutabilidade institucional irá progredir. Um clima de incerteza perante o futuro será propício ao profundo debate de ideias e procura de soluções. Afigura-se difícil aceitar a insistência na transfiguração de Fernando VII após os acontecimentos de que foi participante activo em Espanha e as atitudes, face

²⁷ *Ibidem*, pág. 3 e 15.

²⁸ No título assinala-se que é *Dado a Público, para correcção de hums e divertimento de outros*. O mesmo texto é publicado com o título de *Cathecismo Civil e Breve Compendio das obrigações do Hespagnol, conhecimento práctico da sua liberdade, e explicação do seu inimigo: mui útil nas actuaes circunstancias; posto em forma de Dialogo*. Lisboa, Typografia Lacerdina, 1808.

a Napoleão, em Baiona, que antecederam a longa estadia de Valençay. Além disso, no pouco tempo em que reinou não lhe teria sido possível, mesmo que o desejasse, objectivar uma série de promessas governativas. Carlos Seco Serrano que sobre Fernando VII igualmente pinta um retrato bem negro, alude a uma série de estudos, recentemente dados a luz, em que a imagem do monarca é favorecida. Historiadores como Comellas, Izquierdo Hernandez, Carmem Pintos Vieites, Jorge Vigón assim se expressam "nobremente com honesta convicção mas reivindicação difícil. Serrano insiste que Fernando VII" *é um caso*. Um caso único. Um caso difícil - ou de impossível - defesa"²⁹. Em Portugal, entre 1808 e 1814 e pelas razões já apontadas, não se considera inusitada a proliferação destas folhas volantes enaltecendo Fernando VII e outras figuras e factos da Espanha ocupada. Os interesses dos dois países coincidem por esse tempo. Os dois respectivos monarcas encontravam-se ausentes. Em circunstâncias bem menos penosas no caso do Príncipe D. João mas, também, em certa medida, com o seu território ocupado por Inglaterra, Portugal recebia, traduzia e divulgava com profusão todos os acontecimentos que ocorriam no país vizinho.

A águia napoleónica eclipsou-se, o trono foi devolvido a Fernando VII que regressará a Espanha. Em breve assinará o decreto pelo qual se declara contra a Constituição e derroga todo o trabalho legislativo das Cortes "as quais no mesmo dia da sua instalação e por princípio dos seus actos me despojaram da soberania". Declara ainda que a sua intenção é não jurar nem aceder à dita constituição ou a qualquer decreto das cortes gerais e extraordinárias considerando-o nulo e de nenhum valor ou efeito "como se não se passassem jamais tais actos e saíssem do meio do tempo". Nessa data, ainda, como já se afirmou, alude-se à reanimação das Cortes medievais. Muito em breve todas as ténues promessas tombavam por terra. O absolutismo e a reacção intransigente voltavam até ao ponto de se anularem reformas do tempo do seu antecessor Fernando VI e Carlos III³⁰.

Ensaíamos algumas notas tentando esclarecer a forma como, em Portugal, eram vistas a pessoa e a acção de Fernando VII no período que decorre até ao seu retorno a Espanha. Não é do nosso conhecimento qualquer estudo publicado no nosso país que profile o seu reinado, a partir de 1814. Acresce que essas folhas volantes, esses panfletos propagandísticos, cessam após o desaparecimento de Napoleão da cena política. Ficam os seus autores muitos dos quais, após 1820, entram novamente em cena agora não já para dirigir a sua pena contra a França revolucionária ou para acalmar a tempestade napoleónica mas para defender os princípios constitucionais que, por pouco tempo embora vão, em breve e novamente, irmanar as duas nações Ibéricas.

²⁹ Carlos Seco Serrano, "Prólogo" in Miguel Artola, *Ibidem*, pág. 24.

³⁰ Miguel Artola, *ob.cit.*, pág. 408.